



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 02 2009	15h25min	2 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	1

Publicação conforme DCL nº 32, de 05/03/2009
Setor de Taquigrafia Matrícula: 12507



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA**

3^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 5^a LEGISLATURA

**ATA CIRCUNSTANCIADA DA 2^a
(SEGUNDA)
SESSÃO ORDINÁRIA,**

DE 4 DE FEVEREIRO DE 2009.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 02 2009	15h25min	2 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Há número regimental. Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Wilson Lima a secretariar os trabalhos da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – O Expediente lido vai à publicação.

(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 29, de 18/02/2009, juntamente com a ata sucinta da 2^a Sessão Ordinária.)

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Dá-se início aos

Comunicados da Mesa

Leitura da atas das sessões anteriores

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

DEPUTADO BRUNELLI – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura das atas.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lidas e aprovadas sem observações as seguintes:

- Ata da 114^a Sessão Ordinária;
- Ata da 43^a Sessão Extraordinária;
- Ata da 46^a Sessão Extraordinária;
- Ata da 47^a Sessão Extraordinária.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE

Passa-se aos

Comunicados de Líderes

Concedo a palavra ao Deputado Reguffe. (Pausa.)

Antes, porém, esta Presidência questiona os Srs. Parlamentares se V.Exas. estão de acordo em realizarmos apenas o Comunicado de Líderes e, logo após, suspendermos ou até mesmo encerrarmos a sessão para todos participarmos da



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 02 2009	15h25min	2 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	3

reunião que acontecerá na sala ao lado da Presidência com o objetivo de darmos início à discussão sobre a questão das Comissões. (Pausa.)

Com a aquiescência do Plenário, esta Presidência informa aos Srs. Deputados que haverá apenas o Comunicado de Líderes.

Concedo a palavra à Deputada Eurides Brito.

DEPUTADA EURIDES BRITO (PMDB. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente; Sras. e Srs. Deputados; assessores da Casa; amigos da imprensa; comunidade que nos acompanha diretamente ou pela TV; indicada como Líder de Governo, eu não me sentiria à vontade no exercício da liderança se eu não usasse este espaço para o primeiro pronunciamento, e para usá-lo em um tema que julgo dever compartilhar, principalmente com os meus colegas de Câmara, com a comunidade do Distrito Federal e, de um modo muito especial, com aqueles que me têm honrado com os seus votos em várias eleições no Distrito Federal.

Quero falar sobre o noticiário da imprensa divulgado na semana passada, quando certamente os Colegas e boa parte da população do Distrito Federal foram surpreendidos com a notícia de que eu e mais duas Secretárias de Educação tínhamos tido os direitos políticos cassados, além de ter-nos sido aplicada uma multa de 360 mil reais. Qual o crime cometido pelas Secretárias? O crime cometido pelas Secretárias foi o de exercer o que manda a Constituição brasileira: propiciar os meios para que os alunos da rede pública pudessem ter, regularmente, as suas aulas, o contrato temporário. Eu pensei que deveria fazer aqui este pronunciamento e dar um título a ele. O pronunciamento é: Brasília, 50 Anos de Contrato Temporário. E, quando Brasília completar 100 anos, teremos aqui pessoas dizendo: Brasília, 100 Anos de Contrato Temporário.

Deputado Milton Barbosa, chego à conclusão de que o juiz substituto que emitiu aquele parecer não teve tempo, e as razões são as mais diversas, até porque há uma sobrecarga de serviço, volumes muito grandes de processos... o meu processo foi com 13 robustos anexos. E é muito difícil, muitas vezes, fazer conferência de tudo isso.

Eu queria deixar claro aqui porque se faz contrato temporário em sistema público, não de Brasília, Deputado Reguffe, do Brasil! Não do Brasil, do mundo! E quando eu digo do mundo, eu falo com a prerrogativa de quem, por 8 anos, foi Vice-Presidente da Sociedade Mundial de Educação Comparada. Então, conheço o que acontece na Inglaterra, na Alemanha, nos Estados Unidos, nos países latino-americanos, e conheço *in loco*.

Como acadêmica, este foi um dos assuntos aos quais me dediquei: a substituição de professores temporários, que acontece rigorosamente nas seguintes situações: cobertura de licença-saúde, cobertura de licença-prêmio, quando não se pode chamar um concursado para ocupar a vaga de outro concursado. A lei da Física já nos ensina que dois corpos não podem ocupar o mesmo lugar. Então, não há



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 02 2009	15h25min	2 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	4

como se colocar na vaga de um concursado outro concursado porque aquele está gozando de sua licença-maternidade, ou porque está gozando de sua merecida licença-prêmio, ou porque adoeceu. E as substituições são feitas quando essa licença passa de 20 dias.

Por que o sistema escolar é diferente do da saúde e de outros? Uma cirurgia pode ser adiada por 2, 3 meses, e não importa, muitas vezes, aos que adiam que o paciente morra! Mas no ano letivo os números são fechados. Na rede escolar, se você não der 200 dias de aula, se você não completar mil horas de aula/ano, você não pode encerrar o ano letivo, além dos prejuízos naturais com a aprendizagem.

Agora, como é que se seleciona temporário? Que é outro ponto extremamente importante. Não é à revelia da moral pública, mas em restrita obediência à moral pública! Faz-se edital, como se fosse para o preenchimento de vagas definitivas; divulga-se em jornal de grande circulação o edital; faz-se o exame, que até antes da Constituição de 88 era de títulos; depois dessa Constituição é o exame, já que também se começa a fazer as provas; é publicada a ordem dos classificados; é dado o prazo para recurso, caso alguém se considere injustiçado; e o mais importante: cada contrato temporário feito vai ao Tribunal de Contas, imediatamente e individualizadamente, contendo as informações e o motivo daquela contratação temporária. Jamais os nossos contratos temporários foram questionados pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Como surgiu essa denúncia? O sindicato, no seu papel, na campanha de 2002, fez a denúncia sobre contrato temporário. Esta denúncia foi para o Tribunal de Justiça, que, depois de 3 anos, chegou à conclusão de que deveria ir para o Juizado da 1^a Instância, onde está desde 2006. Os juízes daquela vara já se revezaram, eu pessoalmente ouvi advogados, temos ido levar explicações. Mas o juiz se afastou por motivo de licença no final do ano passado, e o juiz substituto que entrou imediatamente teve tempo para ler todos os volumes e, antes até que eu tomasse conhecimento, no mês de janeiro, foi colocado na Internet. Tudo isso é muito claro, muito democrático, não tem nenhuma importância, mas eu acho que o certo seria publicar o acórdão para poder colocar na Internet. Como a divulgação na Internet foi antes da publicação do acórdão, publicação esta que ainda não ocorreu, eu e as demais secretárias não podemos ainda recorrer.

Então, nós temos que ter – é uma lição para nós Parlamentares, como Casa, e para a sociedade em geral – cautela em denúncias, porque a maculação da imagem não passa, não conseguimos atingir todas as pessoas. Eu, por exemplo, fui surpreendida, olhando no *Google*, na Internet, com uma reportagem sobre mim na *Folha Online* – eu não sabia que eu era tão importante. Utilizaram 1/4 de página de jornal para uma coisa a que cabe recurso. Vai haver o recurso e não vai acontecer nada, absolutamente nada conosco, porque tudo foi feito à luz da legalidade. Tão legal, Deputado Paulo Tadeu, que, em 1997, nesta Casa, durante a administração do PT, foi feita uma lei de autoria das Deputadas Lúcia Carvalho e Maninha, se não me



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 02 2009	15h25min	2 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	5

engano, para regulamentar os contratos temporários no Distrito Federal, embora essa lei não fosse tão necessária, porque a Lei nº 8.112, de 1990, já regulamenta o tema.

Mas foi ótimo nascer uma lei local. E a imprensa diz assim, anos depois – ano passado: “A lei foi considerada inconstitucional”. A lei não foi considerada inconstitucional pelo conteúdo, mas pelo vício de origem, porque ela não poderia ter nascido na Casa, ela deveria ser uma lei do Poder Executivo. Mas mesmo que ela fosse inconstitucional – eu não sou formada em Direito, mas a gente sabe ler –, toda a legislação diz que o que foi aplicado durante a vigência de uma legislação, enquanto não for declarada inconstitucional, se vier a sê-lo, é constitucional, porque o aplicador não tem obrigação de ter visão futurista. Ele não é vidente: “Eu não vou aplicar porque um dia ela vai ser derrubada por inconstitucionalidade”. Inconstitucional seria não aplicar. Enquanto ela vigorou, ela era realmente uma lei constitucional.

Para concluir, Deputado Leonardo Prudente, pasme: eu inspirei muita matéria, eu não sabia da minha importância. Mas eu li aqui 3 matérias interessantes, todas desses últimos dias, de sábado para cá. Vejam as coisas muito interessantes. De sábado, 31 de janeiro, no *Correio Braziliense*: “Seleção da UnB para professores substitutos”. É inconstitucional? Não é. Está dentro da aplicação da Constituição Federal, perfeitamente. Por que a UnB precisa de substitutos? Ou nós, professores da UnB – e eu venho daquela academia, sou aposentada por aquela universidade –, não temos direito à licença-prêmio? E enquanto o professor estiver em licença-prêmio os alunos ficarão sem aula? Ou então as mulheres da Universidade de Brasília, as jovens não têm direito a engravidar? É por isso. Todas as universidades, todos os estabelecimentos de ensino deste País e do mundo usam a figura do temporário ou do substituto, sob pena de, aí assim, se arguir a responsabilidade constitucional, principalmente no caso da educação básica, de não se prover o professor para estar na sala de aula com os alunos.

Encontrei, ontem, em 2 jornais importantes, e outra vez no *Correio Braziliense*, a matéria seguinte: “A uma semana do retorno das atividades na rede pública, pelo menos 448 docentes temporários precisarão ser convocados para cobrir afastamento por doença ou licença”. Por quê? Existia antes de nós, existe conosco e vai existir!

Então, falo hoje pelos 50 anos de Brasília. Existe desde o início; até 1988, com o nome de contrato especial; de 1988 para cá, com o nome de contrato temporário para substituição das licenças. Mas encontro um primor que responde, talvez, aquilo que eu já disse no processo. Está lá e certamente o meritíssimo juiz não teve ocasião – talvez eu tenha exagerado no volume de informações – de analisar.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 02 2009	15h25min	2 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	6

Leio *Folha de S. Paulo*. Foi a minha última leitura, ontem à noite, que, por sinal, me caiu às mãos como matéria do dia. Eu sou assinante da *Folha de S. Paulo*. “País forma cada vez menos professores”. Daí vem a terceira razão, Deputado Paulo Tadeu, de às vezes se fazer contrato temporário. Há um documento do Ministério da Educação, de novembro de 2007, que mostra no Brasil a carência de 250 mil professores, principalmente nas áreas de Física, Química, Biologia, Matemática, Ciência e Inglês. Duzentos e cinqüenta mil professores. Esses dados publicados na *Folha de S. Paulo*, ontem, matéria de página inteira, foram extraídos do Censo do Ensino Superior, publicado anteontem pelo Ministério da Educação.

Então, para suspender os direitos políticos de uma simples Deputada Distrital em Brasília, que ganhou manchete nacional, ganhou tantas coisas – e alguns se esqueceram de dizer que isso é recorável -, eu queria dizer que deveria haver uma cadeia especial, onde estariam todos os reitores de universidades brasileiras, todos os secretários de educação de estados e municípios brasileiros, todos os ex-secretários de educação, e já com lugar, quem sabe, dependendo da pena, para os futuros secretários de educação e os futuros reitores, porque esse é o instrumento. “Ser ou não ser” ou “to be or not to be”. Teremos sala de aula, aluno e professor ou teremos sala de aula e aluno sem professor. O que é que a Constituição manda que o Secretário de Educação faça? Educação é direito público subjetivo.

DEPUTADO PAULO TADEU – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA EURIDES BRITO – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Deputada Eurides Brito, eu só queria, na realidade, complementar as informações que V.Exa. está trazendo nesta tribuna. Hoje, o Governador do Distrito Federal anunciou nos jornais que amanhã fará contratação de professores através do sistema temporário. Eu, particularmente, sem entrar no mérito da questão que V.Exa. traz para esta tribuna com relação ao julgamento do tribunal em 1^a instância, quero dizer que acho um absurdo o Governador Arruda preterir os concursados da Secretaria de Educação em detrimento do contrato temporário, que eu, particularmente – repito –, entendo que também tem que existir, até porque o mais importante nesse caso é exatamente a ausência de professores na rede pública. E nós sabemos qual o papel que cumpre o professor que está prestando um contrato temporário: é de substituição emergencial, caso ocorra afastamento de um professor titular.

Infelizmente, sabemos que existe uma lista enorme de concursados do último concurso. O Governador não renovou o concurso e preferiu fazer a contratação através do chamado contrato temporário, que, infelizmente, na minha avaliação, é um prejuízo muito grande para a educação na nossa cidade.

Então, eu só queria contribuir dizendo que hoje, nos jornais, está sendo anunciada a contratação de professores temporários pelo Governo do Distrito Federal.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 02 2009	15h25min	2 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	7

DEPUTADA EURIDES BRITO – Agradeço ao Deputado Paulo Tadeu o aparte.

Eu gostaria de dizer que a contratação temporária que o Governador Arruda está fazendo é para cobrir licenças médicas de agora. Já foram contratados 669 professores concursados para vaga definitiva. É aquela eterna confusão entre o que é vaga definitiva e vaga temporária. A convocação para temporários é porque o professor não escolhe o mês para adoecer – nem pode. Somos humanos. Não podemos escolher o mês para adoecer. Se janeiro, se dezembro. Também não escolhemos o mês para uma criança nascer. Hoje, alguns escolhem, mas a lei natural da vida não é escolher, não é verdade?

Então, neste exato momento, há na Secretaria de Educação muitas mães em licença-gestante. Há professores em licença-saúde e há professores também em gozo de licença-prêmio. E por que o Governo está começando a fazer hoje os contratos temporários? Porque as aulas começam na segunda-feira. Quanto menos ausência do professor na sala de aula, melhores resultados na educação nós vamos ter.

Essas explicações, Sr. Presidente, eu me julguei no dever de apresentá-las aos meus colegas porque quero estar nesta tribuna olhando nos olhos daqueles que aqui estão; olhando nos olhos quando sou chamada pela imprensa para entrevista sobre qualquer assunto; olhando nos olhos da sociedade e, principalmente, olhando no espelho e olhando para mim mesma, para os valores que cultivo, para a moral e a ética que aprendi e que defendo.

Então, mais do que os olhares sobre mim, eu quero os olhares sobre mim mesma, a partir da minha visão, do que posso aparentar que sou e do que na realidade eu sou. E eu conheço quem eu sou!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputada Eurides Brito, receba desta Presidência o carinho, o respeito e, principalmente, a convicção da lisura com que V.Exa. colocou todas essas questões que foram abordadas no julgamento em primeira instância, a confiança que já tínhamos e que continuamos a ter em V.Exa.

Concedo a palavra ao Deputado Cristiano Araújo. (Pausa.)

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

Eu gostaria de pedir aos Deputados que fiquem atentos ao tempo regimental em função do avançar da hora. Abri uma exceção para a Deputada Eurides Brito, uma vez que era necessário um tempo maior para que S.Exa. externasse a sua sustentação.

DEPUTADO REGUFFE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 02 2009	15h25min	2 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	8

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO REGUFFE (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para registrar que, na manhã de hoje, tomou posse como Secretário de Estado para a Educação em Tempo Integral um correligionário meu, o Marcelo Aguiar. Quero parabenizar o Governador pela nomeação e dizer que, acima de partidos e de governos, estão as idéias.

Entrei na política pela minha convicção e idéias, e são essas idéias o meu combustível para estar na política, a tentativa de implementação dessas idéias. Penso que educação em tempo integral é o caminho para valorizar a educação pública neste país. Que a criança fique mais tempo na escola e, ficando mais tempo na escola, possa sair melhor qualificada para o mundo e para o mercado de trabalho!

Mesmo não sendo da base do Governo, tenho de reconhecer todas as boas atitudes que um Governo toma. Da mesma forma que quero ter a minha independência para colocar o dedo na ferida quando vir algo de errado, tenho obrigação de reconhecer quando o Governo coloca um tema como prioritário. E colocar a educação em tempo integral como prioritário é algo que precisa do meu reconhecimento.

Quero desejar deste microfone toda a sorte ao Marcelo Aguiar. A responsabilidade dele é muito grande. Espero que ele consiga fazer jus à confiança depositada pelo Governador e também pelo Senador Cristovam Buarque, Presidente Regional do meu partido, que fez um discurso saudando-o.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Muito obrigado, Deputado Reguffe.

Transmita ao Marcelo Aguiar os cumprimentos desta Presidência.

Concedo a palavra à Deputada Erika Kokay.

DEPUTADA ERIKA KOKAY (PT. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, as tabelas de vencimento previstas nos anexos II e III desta lei serão reajustadas no ano de 2009 e 2010 em índices que correspondam, no mínimo, ao reajuste do Fundo Constitucional. O reajuste anual deverá ocorrer até 1º de março de cada ano.

Acabei de ler o art. 32 do plano de carreira aprovado por esta Casa para os professores e professoras do Distrito Federal. As tabelas serão reajustadas no mínimo – no mínimo! – com equivalência ao reajuste do Fundo Constitucional, que foi para mais de 19% este ano.

Não obstante tudo isso, o Governador do Distrito Federal, argumentando a crise, entretanto, antes mesmo de a crise se instalar, já havia anunciado que não iria cumprir a lei aprovada por esta Casa. Argumenta o Governador do Distrito Federal



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 02 2009	15h25min	2 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	9

que houve uma redução da previsão de arrecadação para o mês de janeiro por volta de 6,8%. Ora, não se avalia redução, subestimação ou superestimação de uma peça orçamentária fazendo-se um recorte mensal; avalia-se anualmente. Até porque nós tivemos condições diferenciadas de parcelamento no pagamento do ICMS no final do ano passado, aprovado por esta Casa para incrementar e diferir as despesas com tributos dos comerciantes da nossa cidade.

Mas vamos analisar as previsões e as peças orçamentárias e a sua comparação com a efetiva arrecadação de todo o ano. Trago aqui a avaliação do Tribunal de Contas, que diz, a exemplo do que vem ocorrendo ano após ano, que a receita dos orçamentos fiscal e de seguridade social constantes na LOA de 2007 mostrou-se superestimada, apresentando uma insuficiência com relação à arrecadação real de 12,8%.

Portanto, anualmente – anualmente! –, nós temos uma peça orçamentária que tem sido constatada e construída com uma estimativa de receita que não corresponde à realidade da arrecadação. Para o ano passado, tivemos uma superestimação de mais 1,68%. O que realmente foi arrecadado durante o ano de 2008 foi 1,68% do que foi estimado enquanto receita na peça orçamentária de 2007.

DEPUTADO CHICO LEITE – Concede-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Minha impressão sobre a crise – “crise” vem do grego: “ver claro” – é que ela ora chega muito mais psicologicamente, o que antecipa seus efeitos, o que é muito ruim. Nós temos uma responsabilidade muito grande, e o Governador tem essa responsabilidade de não proclamá-la, divulgá-la, e deixar as pessoas, fundamentalmente o setor produtivo e o nosso mercado, inteiramente em polvorosa. Mas, de outro ângulo, a forma de combate é completamente equivocada. Pois se eu continuar os investimentos, eu aqueço o mercado interno, faço as pessoas comprarem mais, e naturalmente consigo como consequência fazer com que os empregos, no mínimo, sejam mantidos com isso, porque a produção não cai.

Então, a minha impressão é que isso deveria ser obra de um princípio de combate. É o que o Presidente Obama está fazendo, e o que o Presidente Lula fez, inclusive mantendo todos os acordos que fez no plano laboral, no plano de convenções, com os trabalhadores e com os servidores públicos. Era essa a intervenção que queria fazer, Deputada Erika Kokay.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputado Chico Leite tomou 1minuto e 30 segundos; eu vou conceder-lhe mais 3 minutos, Deputada Erika Kokay, e peço a V.Exa. que se atenha ao tempo regimental para que possamos fazer a nossa reunião.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 02 2009	15h25min	2 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	10

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Sr. Presidente, é a primeira vez na história desta cidade que, permitindo-me pontuar de acordo com minha memória, um Governador do Distrito Federal traz uma lei para esta Casa, a lei é aprovada pelos Parlamentares e, depois, peremptoriamente, nega a própria lei. Hoje, o Governador do Distrito Federal diz que não haverá reajuste e que, se os professores entrarem em grave – porque existe este indicativo –, cortará imediatamente o ponto.

Os professores aprovaram um plano de cargos e salários, aceitaram este plano de carreira na sua assembléia – uma assembléia polêmica, dividida no seu resultado –, porque foram convencidos. Mas a proposta estava bem aquém da reivindicação dos professores e professoras desta cidade que pediam apenas a equiparação com os servidores de nível superior da área de saúde – nem da área de segurança, da área de saúde!

DEPUTADO PAULO TADEU – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO PAULO TADEU (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Deputada, esse assunto é importante, porque sabemos que esta semana iniciam-se, em toda a rede pública do Distrito Federal, as aulas. Uma das questões que, realmente, levanta-se neste momento é com relação àquilo que esta Casa aprovou – e olha que eu votei contra, não ao conjunto, porque essa cláusula, com certeza, era importante. Mas não dá para o Governo, Deputado Leonardo Prudente, desrespeitar uma lei que esta Casa aprovou e que originalmente veio do próprio Executivo.

Portanto, esperamos que o Governo cumpra com aquilo que foi aprovado aqui – reajuste dos salários dos professores – e garanta a qualidade da educação pública em nossa cidade.

DEPUTADA ERIKA KOKAY – Portanto, eu diria que ao trazer a proposta de reestruturação do plano de carreira, o Governador chamou todos os Deputados, e ali falou da impossibilidade de atender à equiparação e à isonomia com a área de saúde de pronto, mas que o faria historicamente; e, portanto, asseguraria este item que S.Exa. agora está negando.

Mas o Governador não diz: não tenho como dar um reajuste, vamos negociar. Diz: não vou cumprir a lei, utilizando um argumento tautológico – tautologismo puro ou ilusionismo puro – com os professores e a sociedade, mostrando o seu desrespeito com a educação.

Portanto, não me venha aqui dizer que criou postos de policiamento comunitário, porque a violência aumentou no Distrito Federal; não me venha aqui dizer que criou o programa de aceleração, porque o nível do ensino caiu para alunos que estão com defasagem idade-série. Que venha cumprir com o que está na lei, para mostrar que a palavra de um Governador da Capital da República tem que ter credibilidade. E uma pessoa que se compromete em lei a efetivar um reajuste não



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 02 2009	15h25min	2 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	11

pode simplesmente negá-lo sob um argumento de queda de arrecadação, que é frágil como mostramos na análise histórica das estimativas orçamentárias com relação à arrecadação.

É isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – O último Líder inscrito é o Deputado Rogério Ulysses, que abre mão. Portanto, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Encerraremos a presente sessão ordinária.

Esta Presidência convoca os Srs. Parlamentares para, juntos, irmos até a sala ao lado da Presidência para iniciarmos os debates sobre a composição das comissões.

Gostaria de lembrar, Deputado Geraldo Naves, que foi feito um acordo. Eu comuniquei ao Plenário e o Plenário não fez objeção. No dia de hoje, para que houvesse a discussão das comissões, apenas os Líderes falariam. No dia de amanhã, nós abriríamos a palavra a todos os Parlamentares. Não houve nenhuma objeção no Plenário. O Plenário foi soberano sobre essa decisão.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu pelo menos não ouvi isso não. E eu sou o cara mais atento aqui. Fui o único Deputado que ouviu inteiramente o discurso da Deputada Eurides Brito.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Foi antes do pronunciamento da Deputada Eurides Brito.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Não posso concordar não, de jeito nenhum. Inclusive, o Deputado Cristiano Araújo, que era o Líder do bloco, foi chamado...

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – V.Exa. pode usar a palavra. O Deputado Cristiano Araújo abriu mão de falar pelo Bloco. V.Exa., se assim o desejar, ainda poderá falar pela liderança do Bloco.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Sr. Presidente, o que estou dizendo é que não ouvi esse acordo que V.Exa. disse que houve.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Vou pedir as notas taquigráficas e as entregarei a V.Exa.

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Eu não ouvi. Acho que essa não é uma prática boa, não.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Deputado Milton Barbosa, eu fiz uma consulta ao Plenário. Fiz a exposição de como iríamos...



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 02 2009	15h25min	2 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	12

Deputado Cabo Patrício, V.Exa. ouviu?

DEPUTADO MILTON BARBOSA – Deputado Wilson Lima, sempre paciente, sempre deixou os Deputados falarem.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Esta Presidência tem toda paciência. Caso os Deputados desejem fazer uso da palavra, reabro o Expediente, ficamos aqui falando e deixamos as comissões para depois. Não há nenhuma objeção desta Presidência. Essa foi uma consulta que fiz ao Plenário.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CABO PATRÍCIO (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, além de uma consulta ao Plenário feita por V.Exa., foi consultado o Colégio de Líderes, que é soberano, para decidir isso, que é importantíssimo. Inclusive, eu e o Deputado Milton Barbosa conversávamos sobre a questão das comissões e tenho certeza de que todos os Parlamentares têm consciência da importância dessa discussão para que cheguemos a um consenso na eleição delas, a fim de que possamos começar a votar os projetos na Casa e dar início, realmente, ao processo legislativo. Não faltará oportunidade para nenhum Parlamentar fazer seu discurso, falar para seu segmento social, para seu segmento sindical, para sua base eleitoral, para a sociedade do Distrito Federal. Mas é importante que esses discursos sejam em cima de temas, porque o que a sociedade espera é um discurso em cima dos temas que esta Casa tem que discutir e votar para melhorar a vida de todo cidadão do Distrito Federal.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, até assumirei a culpa, porque não conversei com o meu bloco a respeito de se abrir mão da palavra. Mas V.Exa. consultou e houve, realmente, concordância dos Líderes. Então, vamos assumir esse ônus sem prejudicar, obviamente, o Deputado Milton Barbosa. Eu acho que a discussão das comissões é algo importante a ser feito neste momento.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Muito obrigado, Deputado Cristiano Araújo.

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 02 2009	15h25min	2ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

DEPUTADO ROGÉRIO ULYSSES (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, comprehendo a posição do Deputado Milton Barbosa, até por ele ser um Parlamentar extremamente atuante, presente. É importante que os Parlamentares tenham a oportunidade de expressar, da tribuna, seus posicionamentos, suas visões. Mas dado o momento, é importante a escolha das comissões, para que elas possam começar a funcionar, porque isso faz parte do processo legislativo. A partir disso é que a Casa começa a funcionar efetivamente.

Quero pedir ao Deputado Milton Barbosa que seja compreensivo. Eu até abri mão da minha fala para que pudéssemos definir já a questão das comissões na Casa e iniciar o trabalho legislativo nelas também.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Muito obrigado.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO GERALDO NAVES (DEM. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, eu fiquei muito feliz em ouvir que o acordo foi feito entre... Eu ouvi o senhor falando ontem, mas o senhor falou a título de sugestão.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Falei hoje também.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Hoje eu não ouvi. Tudo bem. A minha Líder está falando que V.Exa. falou hoje e eu não ouvi. Peço desculpa. Eu só gostaria de fazer um adendo...

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Pois não.

DEPUTADO GERALDO NAVES – Além da Mesa Diretora, além dos Líderes, existem Deputados. E eu sou um deles e gostaria de me manifestar hoje, até porque fui surpreendido pela imprensa do Distrito Federal, no primeiro dia de trabalho nosso, dizendo que aqui seria uma “ilha da fantasia”. Eu iria me manifestar a respeito disso, dessa chamada “ilha da fantasia” citada pela imprensa, desrespeitando o trabalho que nesta Casa se faz.

Só que, se é uma “ilha da fantasia”, que mostrem onde ela está. Não é porque tem um microfone e tem um símbolo de globo que pode falar o que bem entender. Esta Casa e seus Deputados precisam ser respeitados, como são respeitados os Deputados de São Paulo, de Belo Horizonte, de Porto Alegre. A imprensa busca notícia dos trabalhos que realizamos aqui e ela vai divulgá-los. Não é para qualquer um pegar uma imagem da Câmara Legislativa, no primeiro dia de trabalho, sem nenhuma sugestão jornalística, e chamar esta Casa de “ilha da fantasia”. Isso é uma falta de respeito com aqueles que realmente trabalham, têm o voto e representam o povo da Capital do Brasil.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
04 02 2009	15h25min	2 ^a SESSÃO ORDINÁRIA	14

Por isso, acho que deveria existir uma nota desta Casa para a *TV Globo*, para que o Sr. Alexandre Garcia parasse de fazer chacotas. Precisamos exigir o respeito se damos o respeito. Não tenho medo de Alexandre Garcia não, nem de suas “caras e bocas”. “Carinhas e bocas” não me fazem medo, Sr. Presidente! Posso estar aqui como suplente, mas estou exercendo mandato. Quero avisá-lo de que eu estava doente no ano passado, e neste ano já estou bom. Então, comigo: falou, levou. Ele vai falar, ele vai levar. Trago aqui coisas do passado e mostro. Mostro.

Uma das coisas que quero sugerir — já estou sugerindo — é que, no início do ano, esta *TV Distrital* seja, realmente, uma televisão que leve as matérias para o povo ver e tenha repórteres. Os repórteres daqui são bons, mas os espaços são negados. Veja se V.Exa. viu uma entrevista minha no ano passado, nesta *TV Distrital*. Claro que não! Ninguém assiste, pois não há uma grade de programação, não há absolutamente nada, e ela fica à mercê de outras televisões. Aqui, precisa-se de um trabalho sério, porque aqui somos Deputados. “Ilha da fantasia” é onde ele senta. Lá é “ilha da fantasia”. Perguntam quanto ele ganha, o que ele faz, de onde vem o dinheiro dele — vem de anúncios do GDF, da Câmara, do Governo Federal. Agora, denegrir a imagem, chamar esta Casa de “ilha da fantasia”, eu não aceito, não aceito. Então, vai o meu repúdio ao Sr. Alexandre Garcia, da *TV Globo*. Falou, vai levar. É isso o que eu tinha para falar, e falei. Desculpem-me, mas eu tinha que me manifestar.

PRESIDENTE (DEPUTADO LEONARDO PRUDENTE) – Obrigado, Deputado Geraldo Naves.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão, ao tempo em que convido os Deputados para iniciarmos a discussão sobre a composição das comissões.

(Levanta-se a sessão às 16h27min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa* nº 37-Suplemento, de 5/3/2009 (atualizado conforme errata publicada no *DCL* nº 40-Suplemento, de 10/3/2009).